



ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OP. URB. CONSORCIADA ÁGUA ESPRAIADA
REALIZADA EM 22/03/2011 – 15:00 HORAS
RUA LÍBERO BADARÓ 504 / AUDITÓRIO DO 26º ANDAR / EDIFÍCIO MARTINELLI

REPRESENTANTES PRESENTES

1. SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

RUBENS CHAMMAS – Coordenador do Grupo Gestor – Representante Titular

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

ELISABETE FRANÇA – Representante Titular

3. SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

ANDRÉ GOLDMAN – Representante Suplente

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SF

MÁRIO ROBERTO CREVATIN – Representante Suplente

5. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT

TÁCIO PIO DA SILVEIRA – Representante Suplente

6. SP/JA – SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

RUI ROBERTO LEMOS DE ALMEIDA – Representante Titular

INDALÉCIA SÉRGIA ALMEIDA B. ESCUDEIRO – Representante Suplente

7. SP/SA – SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO

DOUGLAS MARNEI RAGGI GAMERO – Representante Titular

8. APEOP – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

ANTÔNIO MARCOS DÓRIA VIEIRA – Representante Titular

9. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – FAU/USP

BRUNO PADOVANO – Representante Titular

10. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

CIBELE MARTINS SAMPAIO – Representante Suplente

11. UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

GERÔNIO HENRIQUE NETO – Representante Suplente

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

DOMINGOS PIRES DE O. DIAS NETO – Diretor de Desenvolvimento e Gestão / DDG

VLADIMIR AVILA – Gerente de Operações Urbanas DDG/GOU

ROSA MARIA MIRALDO – Assessora da DDG/SDE

LUCIANA COSTA – Secretária Executiva do Grupo de Gestão– DDG/GOU

HORÁCIO GALVANESE – Secretária Municipal do Verde e Meio Ambiente – SVMA

JOÃO LEOPOLDO – SP. OBRAS

LUIZ CARLOS LUSTRE – SP.OBRAS

RENATA DENARIS ELIAS – Departamento de Desapropriações – DESAP

LUIZ HENRIQUE GIRARDI – HABI

LUIZ FERNANDO FACHINI – HABI/CENTRO

ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO – Chefe de Gabinete – SP. URBANISMO

FÁBIO TEIZO – Gabinete – SP.URBANISMO

IVAN L. PICOLLI DOS SANTOS - METRÔ

Em 22 de Março de 2011, no auditório do 26º andar do Edifício Martinelli, às 15h35min, após verificação de quórum regimental o coordenador do Grupo de Gestão, Sr. Rubens Chammas, deu início a 22ª reunião ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, realizando a leitura da pauta do dia.

1. Expediente

Colocada em votação a Ata da 21ª reunião, o representante da União dos Movimentos de Moradia Sr. Geroncio informou que não aprovaria a ata, pois não havia sido incluída, conforme sua solicitação, cópia da carta lida pelos moradores do Jardim Edith na 19ª reunião e que dizia respeito a sua pessoa. Ressaltou também que a ata não mencionou o acordo feito com a Sra Elizabete França da SEHAB/HABI, pois o projeto

que foi apresentado na reunião anterior não é o que está sendo elaborado pelo projetista.

O coordenador ressaltou que a ata de reunião é documento preparado cuidadosamente pela equipe de coordenação e que reflete sinteticamente os assuntos analisados e debatidos na reunião. As questões levantadas pelo Sr. Geroncio já foram respondidas na ata da 21ª reunião. O representante da SVMA André Goldman acrescentou que a ata é recebida com antecedência pelos representantes e que os comentários e ressalvas devem ser feitos por e-mail. O representante da União dos Movimentos de Moradia ressaltou que não concorda com a redação da ata, fato que levou o coordenador do Grupo Gestor a propor que o Sr. Geroncio se reúna posteriormente com a equipe de coordenação para fazer as adequações cabíveis. A ata foi aprovada pelos demais representantes, constando o voto contrário do representante da União dos Movimentos de Moradia.

Na sequência o coordenador do Grupo Gestor passa a palavra para a arq. Rosa Miraldo, Assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão da SP Urbanismo, para que fosse realizado o informe sobre andamento da Operação Urbana.

A arq. Rosa informou que haviam sido convidados técnicos da CPTM para expor as intervenções previstas pelas empresas e as respectivas interfaces com as obras previstas na Operação Urbana, mas não pode comparecer, ficando essa apresentação para a próxima reunião.

A arq. Rosa passou a apresentar a evolução das informações sobre a Operação Urbana Consorciada Água Espreada, com base na apresentação que consta do site da SP Urbanismo e cujo teor passa a fazer parte da presente ata.

Concluída a apresentação o Coordenador do Grupo Gestor franqueou a palavra aos presentes estabelecendo que em primeiro lugar manifestar-se-iam os representantes das entidades que compõem o Conselho e posteriormente os demais presentes por meio de inscrição. Informou que foi encaminhada correspondência às entidades públicas e privadas integrantes do Grupo Gestor, solicitando a indicação de novos membros ou confirmando os nomes já indicados, em face da necessidade de publicação de Portaria. Ressaltou que as entidades deveriam responder ao ofício, o mais brevemente possível, a fim de que os procedimentos cabíveis tivessem prosseguimento para que na próxima reunião já fosse possível dar posse aos novos membros e ratificar os nomes mantidos.

Aberta a palavra aos representantes, tomou-a o Sr. Geroncio da União dos Movimentos de Moradia solicitando informações sobre os projetos das unidades habitacionais do Jardim Edite. A Assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão Rosa Miraldo informou que o projeto já foi contratado e está em elaboração. O Sr. Geroncio exige conhecer o projeto alegando que aquele que foi apresentado na reunião anterior não é o que está sendo elaborado pelos projetistas. Acusou o representante de SEHAB/HABI Elizabete França de ter mudado o projeto sem consulta. Informou que foi feito acordo com anuência da Procuradoria de Habitação e Urbanismo no qual foi apresentada planta considerando todos os terrenos e que na versão atual do projeto há vários terrenos que não estão sendo utilizados o que fez a área de lazer ser colocada na cobertura dos edifícios o que, segundo sua opinião, é um absurdo. Os edifícios passaram de 8 para 16 pavimentos. A licitação inicial foi feita com base em um terreno de 17000m², excluindo-se os terrenos de 16 moradores que não serão desapropriados devido ao acordo feito entre a Sra. Elizabete França e

proprietários sobram 10.000 m². Acrescentou ainda que em alguns desses terrenos nem o entulho da demolição está podendo ser retirado.

Em resposta aos questionamentos feitos pelo Sr. Geroncio a representante de SEHAB Elizabete França propõe que, à medida que os projetos fiquem concluídos seja feita apresentação ao Grupo Gestor. Nessa apresentação constarão também os valores de desapropriação de todos os terrenos inclusive dos 45 terrenos ao longo do córrego Água Espriada, nos quais serão construídas 7000 unidades de HIS, dentro do perímetro da OU para as famílias moradoras em favelas. Esclareceu mais uma vez que em face da escassez de áreas e do preço dos terrenos, a diretriz adotada nos projetos foi a verticalização, mas que no caso do Jardim Edite haverá unidades com e sem elevador para atender os diferentes extratos de renda dos moradores. Acrescentou que os terrenos do Jardim Edite fazem parte de uma ZEIS – Zona Especial de Interesse Social e que nas ZEIS só é possível construir HIS – Habitação de Interesse Social e HMP- Habitação de Mercado Popular. Reiterou que não é possível mudar o zoneamento sem alterar o Plano Diretor do Município. E que essa mudança de iniciativa do Executivo deve ser aprovada por maioria absoluta do Legislativo. O Sr. Geroncio reafirma que a ZEIS persiste, mas o segundo projeto não é o que foi combinado. A Sra Elizabete contra argumenta informando que não há necessidade de desapropriar os terrenos ao lado pois o numero de unidades necessárias foi alcançado e está de acordo com o combinado com o juiz.

O Coordenador Rubens Chammas, abre uma questão de ordem ressaltando que a reunião do conselho é um espaço democrático no qual os diversos seguimentos da sociedade podem manifestar-se, trazer suas duvidas e sugestões mas que outros membros do conselho desejam também fazer as suas colocações e por esse motivo solicita objetividade e síntese nas colocações.

A Sra Cibele Sampaio do Movimento Defenda São Paulo relata que foi informada por seu representante no CADES que estão sendo vinculados CEPACs em terrenos nos quais serão implantadas as vias locais do trecho Brooklin da Av. Jornalista Roberto Marinho. Relata que já viu o projeto básico que está sendo elaborado, mas que há alguma dificuldade em respeitar o alinhamento da lei 13.260/01. Reiterou que as vias locais estão previstas na lei e que a implantação dessas vias é uma necessidade da comunidade desde a construção da “Ponte Estaiada”. Em resposta ao questionamento sobre a vinculação que estaria sendo realizada em terrenos dentro do alinhamento previsto na lei 13.260/01, o arquiteto Vladimir Avila, Gerente de Operações Urbanas da SP Urbanismo esclarece que não houve nenhuma vinculação de CEPACs a terreno que esteja contido dentro do alinhamento da lei e que para os terrenos lindeiros está sendo exigida a doação de faixa de 4,00m de largura para ampliação dos passeios. A Arq. Rosa Miraldo, assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão acrescenta que os projetos básicos das vias locais, contratados por SP Obras estão sendo compatibilizados com os projetos do Metro e demais diretrizes viárias.

A Sra Cibele, do Movimento Defenda São Paulo entregou carta à coordenação solicitando informações sobre o atendimento da LAP- Licença Ambiental Prévia e do TAC- Termo de Ajustamento de Conduta que incidem sobre a Operação Urbana. A arq. Rosa Miraldo, Assessora da Diretoria de Desenvolvimento acrescentou que o projeto das vias locais está sendo elaborado considerando como pré-requisito o atendimento integral das exigências tanto da LAP quanto do TAC. O coordenador Rubens Chammas acrescentou que todas as informações sobre a contratação dos projetos é publicada tanto no site da SP Urbanismo quanto da SP Obras. A Sra Cibele

questiona qual é a largura do alinhamento da lei onde serão implantadas as vias locais e solicita que os projetos sejam apresentados ao Grupo Gestor o mais brevemente possível. A arq. Rosa Miraldo informa que o alinhamento da Lei 13.260/01 desde a Av. Luis Carlos Berrini até a Av. Washington Luiz tem largura variável e acrescenta que o projeto das vias locais em elaboração deverá respeitar esse alinhamento conforme diversas vezes reiterado ao projetista. O coordenador do Grupo Gestor, Rubens Chammas acrescentou que todas as propostas de adesão as operações urbanas, incluindo vinculação de CEPACs são publicadas no site da SP Urbanismo.

O arq. Bruno Padovano, representante da FAUSP informa que a Universidade tem interesse em conhecer os projetos e contribuir para o seu aprimoramento. Sugere que seja oferecido um espaço maior para a presença de estudantes e exposição dos projetos em especial os de HIS. A arq. Rosa Miraldo, assessora da diretoria de Desenvolvimento e Gestão esclarece que por determinação do Prefeito os projetos de HIS são diferenciados e específicos para cada terreno e à medida que os projetos forem concluídos poderão ser apresentados ao Grupo Gestor e demais interessados. O arq. Bruno Padovano da Universidade de São Paulo sugere que a apresentação seja feita na Universidade. A arq. Rosa conversará posteriormente com a representante de SEHAB para avaliar essa possibilidade.

A Sra Indalécia, representante da Subprefeitura do Jabaquara apontou a necessidade de inclusão de equipamentos públicos nas áreas verdes tais como postos da Polícia Militar, pois os parques públicos demoram cerca de 3 a 4 anos para se consolidarem como espaços públicos reconhecidos pelas comunidades. Até sua consolidação são áreas inseguras que necessitam de maior fiscalização. Questionou ainda o projeto das vias locais do setor Brooklin, pois segundo seu entendimento nas vias locais previstas no plano diretor só é possível implantar usos habitacionais. A Arq. Rosa esclareceu que as vias locais do setor Brooklin são vias paralelas a Av. Jornalista Roberto Marinho, previstas na lei para impedir que o tráfego de passagem da avenida adentre os bairros residenciais e nada tem a ver com a classificação de vias do plano diretor.

A Sra Cibele, representante do Movimento Defenda São Paulo questionou o Eng. Luis Carlos Lustre da SP – Obras, presente a reunião, sobre a tipologia que o Metro vai adotar no trecho Brooklin pois, segundo foi informada, cogita-se a possibilidade do Metro trafegar em nível, no canteiro central da avenida. O Eng. Luis Carlos Lustre informa que desconhece qualquer alteração de projeto da linha do Metro nesse trecho. Na seqüência o coordenador do Grupo Gestor franqueou a palavra aos demais presentes. Solicitou que fossem feitas inscrições e informou que após a 4ª manifestação as inscrições seriam encerradas para que houvesse tempo de responder a todos os questionamentos. Inscreveram-se: o Sr. José Orlando morador da região do Jabaquara, a Sra Berta, moradora da Vila Cordeiro, Sr. José Luiz morador da região, Horácio Galvanezzi, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Eduardo Della Manna do Secovi, Sra Terezinha moradora da Vila Santa Catarina, Sra Simone, do Jardim Edite e Sr. Aureo, morador do Jabaquara .

O Sr. José Orlando iniciou sua fala cobrando maior transparência na aplicação dos recursos da OUCAE, pois conforme consta na prestação de contas publicada no site da SP Urbanismo não estão especificados os gastos com projetos. Há dois anos foram pagos R\$300 mil para o projeto do Parque Chuvisco e até agora nada foi feito. Mencionou que a Sra Elizabete França não priorizou a desapropriação dos terrenos para construção dos HIS, pois não há recursos. Segundo verificou no site, para construir 4000 unidades de HIS foram previstos R\$300mi (trezentos milhões de reais)

e para a construção do túnel R\$2.600.000 (dois bilhões e seiscientos milhões de reais). No caixa da Operação Urbana existem somente R\$450 mil (quatrocentos e cinquenta milhões). Questiona ainda quem autorizou a licitação dos 75 milhões, que envolve a mudança de trajeto do túnel, já que o Grupo Gestor não foi informado. Segundo entende o Grupo Gestor precisa autorizar o executivo a contratar projetos e realizar as obras. Questiona se algum dos membros autorizou. Já foram gastos até o momento cerca de R\$80milhões em projetos e sem autorização. Informa que conforme informado no site da Prefeitura o projeto Nova Luz custou R\$12milhões e até o presente foram gastos R\$80 milhões em projetos na Água Espriada e ninguém questiona. Afirma que isso está tudo fora da lei. O coordenador do Grupo Gestor Rubens Chammas esclarece que os valores dos contratos publicados na prestação de contas estão agregados e que os projetos no caso da OUCAE incluem os projetos dos tuneis do parque e das 4000 unidades de HIS, não há como fazer comparações com o projeto da Nova Luz. O arq. Bruno Padovano da FAUUSP complementa a argumentação informando que a remuneração de projetos é tradicionalmente baixa e que o valor atribuído a projetos nos contratos firmados pela OUCAE não está fora do que é praticado no mercado. O coordenador do grupo gestor acrescenta que os preços pagos pela Prefeitura são regidos pela tabela de preços da SIURB que é publicada semestralmente.

A Sra Berta representante da dos moradores de V. Cordeiro informa que estão sendo instaladas nas áreas internas das vias locais, bancos, postos de gasolina entre outros e questiona se será necessário desapropriar esses imóveis novamente quando da execução das vias locais. A arq. Rosa Miraldo, Assessora da Diretoria de Desenvolvimento e Gestão solicita que sejam informados os endereços e se possível os números dos contribuintes onde estão ocorrendo tais situações, para que possa ser verificado, uma vez que não houve vinculação de CEPACs ou aprovação de empreendimentos que aderiram a Operação Urbanas, conforme já informado pelo Arq. Vladimir. Reiterou que para a elaboração do projeto das vias locais o projetista recebeu todas as informações sobre os terrenos onde houve vinculação de CEPACs assim como as interfaces com o projeto do Monotrilho do Metro, o TAC e a LAP.

O Sr. José Luis, morador do Jabaquara da solicita a transferência da cadeira da Associação dos Moradores de Favela para a UMAH, uma vez que o titular da primeira Associação segundo seu relato, faleceu. Salienta que os moradores da região do Jabaquara não tem representante no Grupo Gestor. A arq. Rosa Miraldo solicita que o Sr. José Luis encaminhe documentação solicitando oficialmente a fim de que se possa avaliar a procedência da solicitação, uma vez que a cadeira destinada a Sociedade civil do Grupo Gestor é ocupada conjuntamente pela União dos Movimentos de Moradia e pela Associação dos Moradores de Favelas e o titular é o Sr. Geroncio. Acrescenta que é oportuna a discussão uma vez que diversos representantes do Grupo Gestor não tem comparecido as reuniões. O Sr. José Luiz prosseguiu acrescentando que está havendo descaso com o dinheiro público, pois estão sendo gastos R\$35 milhões no projeto do túnel e mais R\$21 milhões no projeto da via Parque e nenhum centavo no projeto das moradias. A Arq. Rosa Miraldo esclarece que o projeto da via Parque inclui também a construção das 4000 moradias. O Sr. Jose Luis prossegue destacando que segundo relatório da empresa GEOTEC, das 45 áreas desapropriadas apenas 17 estão disponíveis para implantação das HIS, as demais estariam contaminadas. A arq. Rosa Miraldo interveio reafirmando que esta afirmação, já várias vezes reiterada pelo SR. José Luis em outras reuniões, não é

verdadeira. Das 45 áreas identificadas para construção de HIS, 44 estão sendo desapropriadas e apenas uma foi descartada por tratar-se de escola. O engº Luiz Carlos Lustre, gerente do contrato confirma essa informação. O Sr. José Luiz questiona ainda se haverá ainda mais desapropriações por conta da implantação do túnel e do VLT do Metro. Salienta que uma vez que o projeto de lei está na Câmara Municipal é indispensável esclarecer a toda a população o que realmente vai acontecer e quando.

O arq. Horácio Galvanezzi da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente coloca que segundo informações contidas no site da SP Urbanismo há uma discrepância entre as obras a realizar e a arrecadação prevista. O ultimo leilão de CEPACs foi realizado há 8 meses e não há previsão de novos leilões. Salienta que o mercado imobiliário trabalha dentro de uma rotina e a imprevisibilidade dos leilões pode afetar a credibilidade de toda a operação. Questionou ainda que nas propostas em análise não há nenhuma com uso não residencial, o que causou certa estranheza. Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho, chefe de gabinete da SP Urbanismo esclarece que com o ultimo leilão realizado em agosto de 2010 caducou a 4ª distribuição. O próximo leilão depende, portanto de uma nova distribuição e isso implica na atualização do Suplemento e do Prospecto da Operação Urbana. Acrescenta que está sendo contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do trabalho uma consultoria jurídica, por cerca R\$200mil que orientará a montagem da próxima distribuição de CEPACs. O Arq. Vladimir, gerente de operações urbanas da SP Urbanismo esclareceu que não há propostas com uso não residencial protocoladas pois onde havia interesse, que era no setor Berrini os estoques já se esgotaram.

Eduardo Della Mana do Secovi manifesta a preocupação do SECOVI com a transparência das intervenções propostas em especial das vias locais do Brooklin e suas interfaces com o monotrilho do Metro. Ressalta que o monotrilho desqualifica a região e que o setor imobiliário precisa conhecer os projetos. Questiona ainda se a lei de alargamento da Chucri Zaidan sofrerá alguma alteração. Afirma que o setor imobiliário vê com bons olhos a construção do túnel, uma vez que a superfície se transformará em parque público e certamente haverá valorização dos terrenos e qualificação da região. A questão mais importante é saber se o túnel será pago com recursos da Operação Urbana uma vez que encontra-se fora do perímetro da operação. Segundo verificado no Resumo da Movimentação Financeira há na conta da Operação Urbana R\$490 milhões, a arrecadação estimada para 2011 é de R\$600 milhões, considerando-se CEPACs vendidos a R\$800. A cidade perderá negócios e investimentos se não houver leilões o mais rapidamente possível. Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho, chefe de Gabinete da SP Urbanismo esclarece que a contratação da consultoria jurídica está praticamente concluída na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho e que a CVM terá um prazo de 30 dias para analisar e aprovar a documentação da nova distribuição, assim que o prospecto e o suplemento atualizados forem encaminhados.

A Sra Terezinha, moradora da região pergunta aos integrantes do Grupo Gestor se estão cientes do projeto de lei que foi encaminhado a Câmara Municipal. Questiona porque esses projetos não foram apresentados ao Grupo Gestor. Relata a angustia dos moradores de favelas da região e exige seriedade nas informações que estão sendo passadas a população. Relata que não se sabe perfeitamente onde vai passar o túnel e que está sendo proposta a ampliação do perímetro da operação urbana. Relata que acompanha o projeto da Operação Urbana desde o início e que os

moradores da região não sabem perfeitamente se serão ou não desapropriados. Com relação aos projetos das HIS faz dois anos que as informações são desencontradas e que as lideranças não sabem como transmiti-las a população. O coordenador Rubens Chammas ressalta que é preciso diferenciar o atendimento pessoal oferecido à população pelos técnicos da SP Obras e da SP Urbanismo nos dias de atendimento e os esclarecimentos feitos aos membros do grupo de gestão nas reuniões ordinárias. O atendimento técnico é permanente e responde a questões individuais sobre projetos, desapropriações, etc e que os técnicos estão a disposição. Já a exposição feita ao grupo gestor é uma informação geral dos diversos aspectos da Operação Urbana incluindo as obras.

A Sra Simone moradora do Jardim Edite questiona porque o novo projeto do Jardim Edite tem 5 torres de 16 andares e quem cobrirá as despesas de manutenção dos elevadores? A representante de SEHAB Elizabete França esclarece que os elevadores propostos são de alto desempenho, reforçados para minimizarem os custos de manutenção. O edifício terá o selo azul, pois luz, água e demais serviços serão individualizados. O condomínio é uma organização dos moradores que deverá cuidar das áreas e serviços comuns dos edifícios. A Sra Simone questiona porque foram excluídos 3.500,00m² de área dos terrenos? A representante de SEHAB esclarece que não havia necessidade uma vez que as unidades previstas estarão sendo produzidas.

O Sr Aureo, representante de 16 moradores do Jardim Edite, relata que o combinado com o juiz Dr Jaime da Procuradoria de Habitação e Urbanismo, desde que todas as famílias da favela do Jardim Edite fossem contempladas com unidades habitacionais naquele local, ele não opinaria nem no projeto e nem na construção do restaurante escola, portanto não há necessidade de desapropriação desses 16 imóveis, uma vez que o projeto atende todas as famílias que desejam ali permanecer.

O Sr. Jose Orlando, morador da região, retomando a palavra questiona como é possível fazer uma licitação sem projeto executivo considerando que a licitação para construção já tem vencedor. Segundo sua avaliação serão desapropriadas cerca de 450 residências apenas nos desemboques dos tuneis. Reitera a necessidade de saber quantas residências serão de fato desapropriadas. Ressalta que a licitação foi feita em 2008 e que os projetos já foram alterados 3 ou 4 vezes. O túnel passou de 360m para 2600m e que o tribunal de contas está questionando os valores do orçamento. O coordenador Rubens Chammas esclarece que a lei permite que o procedimento licitatório seja feito com base em projeto básico e que as mudanças do projeto tiveram sempre o objetivo de agregar melhorias urbanísticas a toda a região. Deixamos de registrar a manifestação intempestiva de morador inominado. Nada mais havendo a colocar o coordenador encerrou a reunião as 17:28 minutos.